

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N°
007/2023.**

PREÂMBULO

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N°
007/2023**

DATA DA REALIZAÇÃO: 31 DE JULHO DE 2023.

HORÁRIO: A PARTIR DAS 14:00 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA.

O senhor **ITAMAR DOS SANTOS SILVA**, Prefeito Municipal de NARANDIBA/SP, com sede à Avenida Laudelino Ferreira, n.º 540 – Centro – NARANDIBA/SP, usando de suas atribuições legais, torna público que se acha aberta nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** - objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE NARANDIBA**, conforme quantitativos e especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** constante do **ANEXO I**. Que será regida pela Lei federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 271/2013, de 28 de Agosto de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e seus Anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de

processamento do Pregão Presencial, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada na Prefeitura Municipal de Narandiba, sito a Avenida Laudelino Ferreira, n. ° 540, Centro, Narandiba/SP, iniciando-se no dia **31 DE JULHO DE 2023, ÀS 14:00** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

01 - DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE NARANDIBA.** Conforme quantitativos e especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** constante do **ANEXO I.**

2 - DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

2.1 - Serão aplicados os benefícios as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas formas da Lei Complementar nº 123/2006 e demais alterações em especial a Lei Complementar nº 147/2014.

2.2 - O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, devendo as licitantes apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento diferenciado a que alude os arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar e a ficha cadastral simplificada atualizada da Junta Comercial do Estado, constando o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

03 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - Será permitido a participação da presente licitação somente pessoas jurídicas, com habilidade no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que manifestem seu interesse até a data e hora especificada no preâmbulo deste edital, mediante a apresentação dos envelopes contendo “proposta comercial de preços e envelope contendo documentação habilitação”;

3.3 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio;

3.4 – Empresas que estão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação;

3.5 – Pessoa jurídica que estejam em regime de Falência ou Concordata, ou que incida em proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

3.6 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

04 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal de sociedade empresária ou cooperativa, ou empresário individual, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro empresarial na Junta Comercial; ou, tratando-se de

sociedade não empresária, ato constitutivo atualizado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, assinar contratos, assumir responsabilidades em nome da empresa e em e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.4 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

05 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 - Cada licitante deverá apresentar declaração informando que cumpre aos requisitos de habilitação para o presente certame licitatório de acordo com modelo estabelecido neste Edital (Anexo III), declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte (Anexo IV), **todos separados** de qualquer dos envelopes relacionados (01 - Proposta e 02 - Habilitações).

5.2 - A proposta E os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023
(RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO COMPLETO)

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023
(RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO COMPLETO)

5.3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

5.4 - Os documentos necessários ao credenciamento e a habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

06 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

6.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço completo, CNPJ e inscrição estadual, telefone e e-mail para contato;
- b) Número do Pregão Presencial;
- c) descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca do equipamento cotado, em conformidade com as especificações do termo de referência constante do Anexo I deste Edital;

d). Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do Pregão, dentre eles as com tributos de qualquer natureza, frete, embalagem etc., garantindo-se este durante toda a vigência da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, exceto quanto aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação em vigor.

e) A Proposta que não atender as exigências deste instrumento, bem como alterar a especificação da proposta, ou que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível com os preços de mercado, ou aquelas que ofertarem alternativas, serão desclassificadas.

f) Caso seja proposto preço com mais de duas casas depois da vírgula, a mesma será desprezada.

g) O (s) preço (s) do (s) equipamento (s) licitado (s) poderá ser reajustado de conformidade com os aumentos anunciados pelo Governo Federal através do Órgão Oficial correspondente, com demonstração das planilhas de custo.

h). As planilhas de custo deverão ser entregues juntamente com os documentos fiscais correspondente ao reajuste.

07 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Registro empresarial** na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária ou cooperativa;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 7.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão Presencial.

7.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal (alvará)**, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) **Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal** da sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
- e) **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e a dívida ativa da União.**
- f) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** perante a Justiça do Trabalho (Lei n.º 12.440/2011).

7.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;

08 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

8.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

09 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

9.1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 007/2023**, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

9.2 - Haverá uma tolerância de máxima **10 (dez) minutos** para aceitação de participação de novos proponentes após o horário estipulado, ou seja, até as **14:00 horas**, ou até a duração do credenciamento.

9.3 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo III deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

9.4 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

9.5 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

9.6 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

9.7 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9.8 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superior àquela;

b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.9 - Para efeito de seleção será considerado o **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

9.10 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.11 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.12 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances **de R\$ 0,01 (um centavo)**, a redução poderá ser maior dependendo do item, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances, incidirá sobre o preço unitário do item.

9.13 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.14 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado.

9.15 - O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com base na classificação de que trata o subitem 9.8, com vistas à redução do preço.

9.16 - Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.16.1 - A critério do Prefeito Municipal de Nanduba, que deverá ratificar ou retificar o ato do pregoeiro municipal, poderá realizar a contratação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido – conforme estabelecido no art. 48, § 3 da lei 147/2014.

9.16.2 – O pregoeiro poderá aceitar a proposta para itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, localizadas na Região Administrativa de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, cuja oferta esteja até 10 % (dez por cento) da melhor oferta válida.

9.16.3 – Para fins deste edital, considera-se:

Âmbito local: limites geográficos do Município de Narandiba;

Âmbito regional: Municípios pertencente a Região Administrativa de Presidente Prudente (criada pelo Decreto Estadual nº 22.970/84)

9.17 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

9.18 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.19 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão Presencial, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.20 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.21 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

9.22 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 7.2 do item 7, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro Geral de Fornecedores de Narandiba-SP.

9.23 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.24- Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 9.14 do item 9, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

10.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 - A adjudicação será feita por item.

11 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE FORNECIMENTO OBJETO DA LICITAÇÃO.

11.1 - O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias úteis, após requisição da Prefeitura Municipal.

11.2 – Todos os materiais deverão ser novos e de 1ª linha.

11.3 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no local Indicado na Requisição emitida pela prefeitura, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

12 - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

12.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

12.3 - Órgão Gerenciador – órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

12.4 - Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

12.5 - O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Prefeitura Municipal de Narandiba.

12.6 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses da data de publicação.

12.7 - A EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS NÃO OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES QUE DELES PODERÃO ADVIR, FACULTANDO-SE A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO ESPECÍFICO PARA A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA, SENDO ASSEGURADA AO BENEFICIÁRIO DO REGISTRO A PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES.

12.8 - Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

12.9 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e os preços propostos;

13.2 - No Caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Narandiba convocará os demais licitantes, na ordem de classificação.

14 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame

licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.2 – Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.4 – A Prefeitura Municipal de Narandiba, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

15 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS FUTUROS CONTRATOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

15.2 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

16 - ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n. ° 8.666/93.

16.2 – O preço registrado deverá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos

serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

16.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

16.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

17.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

17.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maiores devidamente comprovados.

18 - DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1 - Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal em até 30 (trinta) dias úteis, após a emissão dos documentos fiscais, correspondentes ao fornecimento dos veículos, a qual deverá ser certificada pela Municipalidade.

18.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 05 (cinco) dias após a data de sua apresentação válida e o prazo para pagamento fluirá a partir da reapresentação.

19 - DA CONTRATAÇÃO

19.1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexa do presente ato convocatória.

19.2 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda

Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

19.3 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 7.2 deste item 7, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

19.4 - A adjudicatária deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Departamento de Compras para assinar o termo de contrato.

19.5 - As despesas decorrentes da presente licitação, serão empenhadas em verbas próprias já consignadas no orçamento em vigência e elencadas no contrato a ser firmados á nível de órgão, unidade e funcional programática da despesa:

19.6 - Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal, nos moldes dos subitens 19.2 e 19.3, do item 19 ou, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 7.2 do item 7, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública, com vistas à celebração da contratação.

19.7 - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

19.8 - A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Jornal Regional “O Imparcial, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE e veiculação no

endereço eletrônico www.imesp.com.br, opção “Executivo I – Diário dos Municípios”.

20 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

20.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

20.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada subsidiariamente as disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações, e do Decreto Municipal nº 271/2013, de 28 de agosto de 2013, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada no Cadastro de Fornecedores

21 - DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2 - Das sessões públicas de processamento do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2023**, serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 9º, inciso X, da Resolução CEGP-10/2002, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

22.3 - Recusas ou impossibilidades de assinatura devem ser registradas expressamente na própria ata.

22.4 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

22.5 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Narandiba, sito a Avenida Laudelino Ferreira, n.º 540 – Narandiba/SP, durante 10 (dez) dias após a publicação do contrato, findos os quais poderão ser destruídos.

22.6 - Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar disposições deste Edital.

22.7 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

22.8 - Acolhida a petição contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame.

22.9 - Os casos omissos do presente **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N. ° 007/2023**, serão solucionados pelo Pregoeiro.

22.10 - Integram o presente Edital:

a) Anexo I – TERMO DE REFERENCIA.

b) Anexo II – MODELO MINUTA DE CREDENCIAMENTO.

c) Anexo III – MODELO DECLARAÇÃO (TERMO DE HABILITAÇÃO PRÉVIA).

d) Anexo IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

e) Anexo V – MODELO DE PROPOSTA.

f) Anexo VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

g) Anexo VII – MINUTA DE CONTRATO.

22.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Pirapozinho – Estado de São Paulo.

Narandiba/SP, 18 de julho de 2023.

ITAMAR DOS SANTOS SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.520, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, na Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/2006, e nas demais normas legais e regulamentares.

2. OBJETIVO

2.1 - Constitui objeto deste pregão presencial o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE NARANDIBA.**

3. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS.

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND.
1	CIMENTO PORTLAND SACO 50 KG	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (CP II-Z);	2.000	SACO
2	CAL HIDRATADO	CAL HIDRATADA; COMPOSTO DE CALCÁREO TIPO CH-III; COM PLASTICIDADE MAIOR OU IGUAL A 110; ESPECIFICAÇÃO DE ACORDO COM A NBR 7175	2.000	SACO
3	AREIA LAVADA	AREIA; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. NOCIVO IGUAL A 1,5%; C/LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. CARBONOSOS IGUAL A 1%; C/LIMITE DE % DE MAT. PULVERULENTOS IGUAL A 5%;	500	M ³
4	AREIA FINA	AREIA; FINA; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. NOCIVO IGUAL A 1,5%; C/LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. CARBONOSOS IGUAL A 1%; C/LIMITE DE % DE MAT. PULVERULENTOS IGUAL A 5%;	600	M ³
5	BLOCO 08 FUROS	BLOCO CERÂMICO DE VEDAÇÃO; MEDINDO 9 X 19 X 19 CM (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO); TIPO BLOCO PARA VEDAÇÃO, TIPO BAIANO; 08 FUROS; USO EM CONSTRUÇÃO, USO REVESTIDO; CONFORME NBR15270-1	40.000	UND

6	BLOCO 06 FUROS	BLOCO CERÂMICO DE VEDAÇÃO; 09 X 14 X 19 (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO); TIPO BLOCO PARA VEDAÇÃO, TIPO BAIANO; 06 FUROS; USO EM CONSTRUÇÃO, USO REVESTIDO; CONFORME NBR15270-1	40.000	UND.
7	TIJOLO MACIÇO	TIJOLO MACIÇO CERÂMICO PARA ALVENARIA; 57 X 90 X 190 MM; CATEGORIA TIPO TIJOLO APARENTE; CONFORME NORMA ABNT NBR 152701	5.000	UND.
8	TELHA PORTUGUESA	TELHA; DE CERÂMICA; TIPO TELHA COMPOSTA DE ENCAIXE (MODELO PORTUGUESA); MEDINDO 22 X 40 CM; NBR 15310	10.000	UND.
9	TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA DE 6 M X 3.66 X 1,10 MT	TELHA; DE FIBROCIMENTO; TIPO ONDULADA; MEDINDO (3,66 X 1,10) M=(CXL), COM ESPESSURA DE 6 MM; CONFORME NORMAS NBR/ABNT E LEGISLAÇÃO VIGENTES;	200	UND.
10	TABUA 30 CM 3M	TABUA DE MADEIRA; CONHECIDO(A) COMO PINUS; COM COMPRIMENTO DE 4,50M; LARGURA DE 30CM; ESPESSURA DE 3,0CM; DEVENDO SER ENTREGUE SEM ACABAMENTO	300	UND.
11	SARRAFO DE 5 CM	SARRAFO DE MADEIRA; CONHECIDO(A) CEDRINHO; MEDINDO 5 CM DE LARGURA; ESPESSURA DE 2,0 CM DE ESPESSURA; COM COMPRIMENTO DE 3 METROS; DEVENDO SER ENTREGUE COM ACABAMENTO APARELHADO;	200	MTS
12	CERAMICA - 55 X 55	PLACAS CERÂMICAS ESMALTADAS; 55 CM X 55 CM; ABSORÇÃO DE ÁGUA <=3%; PEI 5; COEFICIENTE DE ATRITO MAIOR OU IGUAL A 0.4; NÍVEL DE RESISTÊNCIA QUÍMICA GA/GLB; LIMPABILIDADE CLASSE 5; DUREZA MOHS 4.0; CARGA DE RUPTURA MÍNIMA MAIOR OU IGUAL A 1100 N; 1A. QUALIDADE COM SUPERFÍCIE ACETINADA; CONFORME NBR 13817, NBR 13818; PARA USO INTERNO;	500	M ²
13	REJUNTE CERAMICO - SACO DE 1 KG	REJUNTE; COMPOSTO POR CARGAS MINERAIS, POLÍMEROS, CIMENTÍCIOS, ELASTÔMEROS EM PÓ, AGLUTINANTES E REAGENTES; TIPO REJUNTAMENTO ACRÍLICO; PARA PLACAS CERÂMICAS RESISTENTES, ANTIÁCIDAS, EXTRUDADAS OU PENSADAS, COM JUNTA DE 2 A 5 MM; PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO; PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA; CONFORME NORMA ABNT NBR 14081;	200	SACO
14	ARGAMASSA - SACO DE 20KG	ARGAMASSA; PÓ CINZA DE CIMENTOS ESPECIAIS DE PEGA E HIDRATAÇÃO RÁPIDAS, AREIAS SILICIOSAS, RESINAS E ADITIVOS; PARA AUTONIVELANTE USO INTERNO PARA ESP. 1-10 MM EM BASE NOVA OU PREEXISTENTE; COR CINZA ROSADO; TRABALHABILIDADE 20-30 MIN.; LIBERAÇÃO	200	SACO

		TRAFEGO 3 H.; APLICAÇÃO REVESTIMENTO 12 H; PARA LOCAIS ONDE E EXIGIDA UMA ÓTIMA RESISTENCIA AS CARGAS E AO TRAFEGO DE CARGAS ROLANTES; EMBALADA EM SACOS DE PAPEL REFORÇADO DE 20 KG; CONSUMO DE 1,6 KG/M2 POR MM ESPESSURA; CONFORME NORMAS ABNT/NBR. CONFORME NORMATIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO VIGENTE		
15	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO – SACO DE 20 KG	ARGAMASSA; MISTURA DE CIMENTO, AGREGADOS MINERAIS E ADITIVOS QUÍMICOS; PARA PISO SOBRE PISO EM ÁREAS INTERNAS; COR CINZA; CLASSIFICAÇÃO AC-II; EMBALADA EM SACO DE 20 KG	150	SACO
16	VEDACIT 1LITRO	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE PARA CONCRETOS E ARGAMASSAS, DENSIDADE: 1,05 G/CM ³ , COMPOSIÇÃO BÁSICA: SILICATOS. VALIDADE: 24 MESES. REVESTIMENTOS DE CAIXAS-D'ÁGUA, PISCINAS, RESERVATÓRIOS, BALDRAMES, PAREDES DE ENCOSTA E ASSENTAMENTOS DE ALVENARIA. POTE DE 1 L: MEIO SACO DE CIMENTO (50KG)	300	UND
17	BARRA FERRO 5/16 – 12 M	BARRA MACIÇA METAIS FERROSOS; DE AÇO CARBONO SAE 1010; NO FORMATO REDONDO; DO TIPO LISA; COM COMPRIMENTO DE 12 METROS; MEDINDO DIÂMETRO DE 5/16"; DEVENDO SER ENTREGUE NATURAL; PARA SER UTILIZADA EM SERRALHERIA;	300	UND
18	BARRA FERRO 3/8 – 12 M	BARRA MACIÇA METAIS FERROSOS; DE AÇO; NO FORMATO QUADRADO; DO TIPO PERFILADA; COM COMPRIMENTO DE 12 METROS; MEDINDO 3/8" DE DIÂMETRO; DEVENDO SER ENTREGUE COM ACABAMENTO NATURAL; PARA SER UTILIZADA EM SERRALHERIA	300	UND
19	BARRA FERRO 3/16 (4.2MM) - 12M	BARRA MACICA METAIS FERROSOS; DE ACO 1020; NO FORMATO REDONDA; DO TIPO VERGALHAO; MEDINDO 3/16" DE DIAMETRO; DEVENDO SER ENTREGUE NERVURADA	300	UND
20	ARAME RECOZIDO LISO – 1 KG	ARAME; RECOZIDO; COM DIÂMETRO DE 1,24 MM OU DE 1,25 MM;	50	ROLOS
21	ARAME GALVANIZADO – 1 KG	ARAME; GALVANIZADO LISO; COM DIÂMETRO DE 5MM;	40	ROLOS
22	CAIXA D'AGUA 500 L	RESERVATÓRIO POLIOLEFINICO; CAPACIDADE DE 500 LITROS; EM POLIETILENO; COM TAMPA DE 60	20	UND.

		CM DE DIÂMETRO; FECHAMENTO DA TAMPA EM 1/4 DE VOLTA; DEVERÁ ATENDER A NORMA NBR 14799		
23	CAIXA D'AGUA 1.000 L	RESERVATÓRIO POLIOLEFINICO; COM CAPACIDADE DE 1000L; CONFECCIONADO EM POLIETILENO; FORMATO CILÍNDRICO; COM ALTURA DE 90CM; REVESTIMENTO ANTIBACTERIANO, RESISTENTE A RAIOS UV, TAMPA COM VEDAÇÃO TOTAL, COM FILTRO, VÁLVULA BOIA; CONFORME NORMAS NBR/ABNT VIGENTES	20	UND.
24	TUBO DE PVC DE 4" (100MM) DE 6 M	TUBO; DE PVC RÍGIDO PARA ESGOTO PREDIAL; DIÂMETRO NOMINAL DE 100MM; NA COR BRANCA; FABRICAÇÃO CONFORME NBR 5688;	40	UND.
25	CANO 25MM SOLDÁVEL DE 6 M	TUBO; PVC RÍGIDO; 25 MM; SOLDÁVEL, SER UTILIZADO EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA; BRANCO; NBR 5648;	30	UND.
26	CONEXÃO TE 90° DE 4"	COTOVELO PARA TUBULAÇÃO; EM PVC; COR BRANCA; DIÂMETRO NOMINAL DE 4"; CONEXÃO SOLDÁVEL; CONFORME NORMAS ABNT/NBR VIGENTES	30	UND.
27	TELHA CUMEEIRA DE CERAMICA	CUMEEIRA; DE CERÂMICA, PARA TELHA DE CERÂMICA TIPO PAULISTA; COM COMPRIMENTO DE 41 CM, ESPESSURA DE 2 CM; COM LARGURA DE 16 CM, ALTURA DE 7 CM, PESO DE 1,80 KG; NA COR PREDOMINANTE VERMELHO CERÂMICA; FORMATO ONDULADO; PARA ATENDER UMA INCLINAÇÃO DE 30 A 40 GRAUS; ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGEM PALETIZADA; FABRICADA CONFORME NORMAS NBR / ABNT VIGENTES E GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS	3000	UND
28	RADIER 20 X 20	RADIER 20 CM X 20 CM, NO TAMANHO 3 M X 2 M	200	UND

4. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

4.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo de até cinco dias úteis após o recebimento da requisição.

4.2. O prazo de pagamentos será de até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da documentação fiscal.

4.3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela administração pública na requisição.

4.4. A proposta deverá ter no mínimo 12 (doze) meses de validade.

ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

(NOTA: A Procuração poderá ser apresentada nesta folha-modelo, ou, se preferir, a proponente poderá usar papel próprio, desde que nele constem todos os dados, sem qualquer alteração, apresentados neste modelo).

PREGÃO PRESENCIAL Nº:

PROPONENTE:

CNPJ Nº:

IE Nº:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

TELEFONE:

E-MAIL:

Por este instrumento particular de Procuração a empresa supra qualificada nomeia e constitui seu bastante Procurador o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, a quem confere(imos) amplos poderes para representa-la no Pregão Presencial nº ____/____, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas e fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, firmar compromisso, assinar contrato, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

A presente procuração é validade até o dia ____ de _____ de 2023.

CARIMBO DA EMPRESA	<p>_____, ____ de _____ de 2023.</p> <p>_____</p> <p>ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL</p> <p>NOME: RG: CPF: CARGO:</p>
---------------------------	--

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade e competência do outorgante para constituir mandatário.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

(NOTA: A Declaração poderá ser apresentada nesta folha-modelo, ou, se preferir, a proponente poderá usar papel próprio, desde que nele constem todos os dados, sem qualquer alteração, apresentados neste modelo).

PREGÃO PRESENCIAL Nº:

PROponente:

CNPJ Nº:

IE Nº:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

TELEFONE:

E-MAIL:

A empresa supracitada, atendendo as exigências do Pregão Presencial em epígrafe, **DECLARA EXPRESSAMENTE** que:

1. Nos termos do art. 4º, VII da Lei 10.520/2002, cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório deste Pregão Presencial.
2. Inexisti qualquer fato impeditivo quanto a sua participação neste certame.
3. Conhece toda a legislação relativa à presente licitação, bem como os termos e condições estabelecidos no edital e seus anexos, com os quais concorda.
4. Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal e que não teve suspensos seus direitos de transacionar, licitar ou contratar com o Poder Público.
5. Não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos.
6. Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

7. Não se encontra sob processo de recuperação judicial ou extrajudicial.

8. São verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assumo todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal.

<p>CARIMBO DA EMPRESA</p>	<p>_____, ____ de _____ de 2023.</p> <p>_____ ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL</p> <p>NOME: RG: CPF: CARGO:</p>
----------------------------------	---

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(NOTA: A Declaração poderá ser apresentada nesta folha-modelo, ou, se preferir, a proponente poderá usar papel próprio, desde que nele constem todos os dados, sem qualquer alteração, apresentados neste modelo).

PREGÃO PRESENCIAL Nº:

PROPONENTE:

CNPJ Nº:

IE Nº:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

TELEFONE:

E-MAIL:

A empresa supracitada, atendendo as exigências do Pregão Presencial em epígrafe, **DECLARA EXPRESSAMENTE** que:

1. É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, portanto:

a) quanto a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, faz jus aos benefícios previstos na lei 123/2006;

b) está apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial em epígrafe, nos termos da lei 123/2006;

2. São verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assumo todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal.

CARIMBO DA EMPRESA	<p>_____, ____ de _____ de 2023.</p> <p>_____ ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL</p> <p>NOME: RG: CPF: CARGO:</p>
---------------------------	---

A empresa deverá apresentar documentação idônea para confirmar o enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, referência: Documento da junta comercial comprovando o enquadramento legal da empresa.

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA

(NOTA: A Declaração poderá ser apresentada nesta folha-modelo, ou, se preferir, a proponente poderá usar papel próprio, desde que nele constem todos os dados, sem qualquer alteração, apresentados neste modelo).

PREGÃO PRESENCIAL Nº:

PROPONENTE:

CNPJ Nº:

IE Nº:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

TELEFONE:

E-MAIL:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE NARANDIBA.

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CIMENTO PORTLAND SACO 50 KG	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (CP II-Z);	2.000	SACO			
2	CAL HIDRATADO	CAL HIDRATADA; COMPOSTO DE CALCÁREO TIPO CH-III; COM PLASTICIDADE MAIOR OU IGUAL A 110; ESPECIFICAÇÃO DE ACORDO COM A NBR 7175	2.000	SACO			
3	AREIA LAVADA	AREIA; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. NOCIVO IGUAL A 1,5%; C/LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. CARBONOSOS IGUAL A 1%; C/LIMITE DE % DE MAT. PULVERULENTOS IGUAL A 5%;	500	M ³			

4	AREIA FINA	AREIA; FINA; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. NOCIVO IGUAL A 1,5%; C/LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. CARBONOSOS IGUAL A 1%; C/LIMITE DE % DE MAT. PULVERULENTOS IGUAL A 5%;	600	M ³			
5	BLOCO 08 FUROS	BLOCO CERÂMICO DE VEDAÇÃO; MEDINDO 9 X 19 X 19 CM (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO); TIPO BLOCO PARA VEDAÇÃO, TIPO BAIANO; 08 FUROS; USO EM CONSTRUÇÃO, USO REVESTIDO; CONFORME NBR15270-1	40.000	UND			
6	BLOCO 06 FUROS	BLOCO CERÂMICO DE VEDAÇÃO; 09 X 14 X 19 (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO); TIPO BLOCO PARA VEDAÇÃO, TIPO BAIANO; 06 FUROS; USO EM CONSTRUÇÃO, USO REVESTIDO; CONFORME NBR15270-1	40.000	UND.			
7	TIJOLO MACIÇO	TIJOLO MACIÇO CERÂMICO PARA ALVENARIA; 57 X 90 X 190 MM; CATEGORIA TIPO TIJOLO APARENTE; CONFORME NORMA ABNT NBR 152701	5.000	UND.			
8	TELHA PORTUGUESA	TELHA; DE CERÂMICA; TIPO TELHA COMPOSTA DE ENCAIXE (MODELO PORTUGUESA); MEDINDO 22 X 40 CM; NBR 15310	10.000	UND.			
9	TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA DE	TELHA; DE FIBROCIMENTO; TIPO ONDULADA; MEDINDO (3,66 X 1,10) M=(CXL), COM ESPESSURA	200	UND.			

	6 M X 3.66 X 1,10 MT	DE 6 MM; CONFORME NORMAS NBR/ABNT E LEGISLAÇÃO VIGENTES;					
10	TABUA 30 CM 3M	TABUA DE MADEIRA; CONHECIDO(A) COMO PINUS; COM COMPRIMENTO DE 4,50M; LARGURA DE 30CM; ESPESSURA DE 3,0CM; DEVENDO SER ENTREGUE SEM ACABAMENTO	300	UND.			
11	SARRAFO DE 5 CM	SARRAFO DE MADEIRA; CONHECIDO(A) CEDRINHO; MEDINDO 5 CM DE LARGURA; ESPESSURA DE 2,0 CM DE ESPESSURA; COM COMPRIMENTO DE 3 METROS; DEVENDO SER ENTREGUE COM ACABAMENTO APARELHADO;	200	MTS			
12	CERAMICA – 55 X 55	PLACAS CERÂMICAS ESMALTADAS; 55 CM X 55 CM; ABSORÇÃO DE ÁGUA <=3%; PEI 5; COEFICIENTE DE ATRITO MAIOR OU IGUAL A 0.4; NÍVEL DE RESISTÊNCIA QUÍMICA GA/GLB; LIMPABILIDADE CLASSE 5; DUREZA MOHS 4.0; CARGA DE RUPTURA MÍNIMA MAIOR OU IGUAL A 1100 N; 1A. QUALIDADE COM SUPERFÍCIE ACETINADA; CONFORME NBR 13817, NBR 13818; PARA USO INTERNO;	500	M²			
13	REJUNTE CERAMICO – SACO DE 1 KG	REJUNTE; COMPOSTO POR CARGAS MINERAIS, POLÍMEROS, CIMENTÍCIOS, ELASTÔMEROS EM PÓ, AGLUTINANTES E REAGENTES;	200	SACO			

		TIPO REJUNTAMENTO ACRÍLICO; PARA PLACAS CERÂMICAS RESISTENTES, ANTIÁCIDAS, EXTRUDADAS OU PENSADAS, COM JUNTA DE 2 A 5 MM; PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO; PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA; CONFORME NORMA ABNT NBR 14081;					
14	ARGAMASSA - SACO DE 20KG	ARGAMASSA; PÓ CINZA DE CIMENTOS ESPECIAIS DE PEGA E HIDRATAÇÃO RÁPIDAS, AREIAS SILICIOSAS, RESINAS E ADITIVOS; PARA AUTONIVELANTE USO INTERNO PARA ESP. 1-10 MM EM BASE NOVA OU PREEXISTENTE; COR CINZA ROSADO; TRABALHABILIDADE 20-30 MIN.; LIBERAÇÃO TRAFEGO 3 H.; APLICAÇÃO REVESTIMENTO 12 H; PARA LOCAIS ONDE E EXIGIDA UMA ÓTIMA RESISTENCIA AS CARGAS E AO TRAFEGO DE CARGAS ROLANTES; EMBALADA EM SACOS DE PAPEL REFORÇADO DE 20 KG; CONSUMO DE 1,6 KG/M2 POR MM ESPESSURA; CONFORME NORMAS ABNT/NBR. CONFORME NORMATIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO VIGENTE	200	SACO			
15	ARGAMASSA PISO SOBRE	ARGAMASSA; MISTURA DE CIMENTO, AGREGADOS	150	SACO			

	PISO – SACO DE 20 KG	MINERAIS E ADITIVOS QUÍMICOS; PARA PISO SOBRE PISO EM ÁREAS INTERNAS; COR CINZA; CLASSIFICAÇÃO AC-II; EMBALADA EM SACO DE 20 KG					
16	VEDACIT 1LITRO	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE PARA CONCRETOS E ARGAMASSAS, DENSIDADE: 1,05 G/CM ³ , COMPOSIÇÃO BÁSICA: SILICATOS. VALIDADE: 24 MESES. REVESTIMENTOS DE CAIXAS-D'ÁGUA, PISCINAS, RESERVATÓRIOS, BALDRAMES, PAREDES DE ENCOSTA E ASSENTAMENTOS DE ALVENARIA. POTE DE 1 L: MEIO SACO DE CIMENTO (50KG)	300	UND			
17	BARRA FERRO 5/16 – 12 M	BARRA MACIÇA METAIS FERROSOS; DE AÇO CARBONO SAE 1010; NO FORMATO REDONDO; DO TIPO LISA; COM COMPRIMENTO DE 12 METROS; MEDINDO DIÂMETRO DE 5/16"; DEVENDO SER ENTREGUE NATURAL; PARA SER UTILIZADA EM SERRALHERIA;	300	UND			
18	BARRA FERRO 3/8 – 12 M	BARRA MACIÇA METAIS FERROSOS; DE AÇO; NO FORMATO QUADRADO; DO TIPO PERFILADA; COM COMPRIMENTO DE 12 METROS; MEDINDO 3/8" DE DIÂMETRO; DEVENDO SER ENTREGUE COM ACABAMENTO	300	UND			

		NATURAL; PARA SER UTILIZADA EM SERRALHERIA					
19	BARRA FERRO 3/16 (4.2MM) - 12M	BARRA MACICA METAIS FERROSOS; DE ACO 1020; NO FORMATO REDONDA; DO TIPO VERGALHAO; MEDINDO 3/16" DE DIAMETRO; DEVENDO SER ENTREGUE NERVURADA	300	UND			
20	ARAME RECOZIDO LISO - 1 KG	ARAME; RECOZIDO; COM DIÂMETRO DE 1,24 MM OU DE 1,25 MM;	50	ROLOS			
21	ARAME GALVANIZADO - 1 KG	ARAME; GALVANIZADO LISO; COM DIÂMETRO DE 5MM;	40	ROLOS			
22	CAIXA D'AGUA 500 L	RESERVATÓRIO POLIOLEFINICO; CAPACIDADE DE 500 LITROS; EM POLIETILENO; COM TAMPA DE 60 CM DE DIÂMETRO; FECHAMENTO DA TAMPA EM 1/4 DE VOLTA; DEVERÁ ATENDER A NORMA NBR 14799	20	UND.			
23	CAIXA D'AGUA 1.000 L	RESERVATÓRIO POLIOLEFINICO; COM CAPACIDADE DE 1000L; CONFECCIONADO EM POLIETILENO; FORMATO CILÍNDRICO; COM ALTURA DE 90CM; REVESTIMENTO ANTIBACTERIANO, RESISTENTE A RAIOS UV, TAMPA COM VEDAÇÃO TOTAL, COM FILTRO, VÁLVULA BOIA; CONFORME NORMAS NBR/ABNT VIGENTES	20	UND.			

24	TUBO DE PVC DE 4" (100MM) DE 6 M	TUBO; DE PVC RÍGIDO PARA ESGOTO PREDIAL; DIÂMETRO NOMINAL DE 100MM; NA COR BRANCA; FABRICAÇÃO CONFORME NBR 5688;	40	UND.			
25	CANO 25MM SOLDÁVEL DE 6 M	TUBO; PVC RÍGIDO; 25 MM; SOLDÁVEL, SER UTILIZADO EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA; BRANCO; NBR 5648;	30	UND.			
26	CONEXÃO TE 90° DE 4"	COTOVELO PARA TUBULAÇÃO; EM PVC; COR BRANCA; DIÂMETRO NOMINAL DE 4"; CONEXÃO SOLDÁVEL; CONFORME NORMAS ABNT/NBR VIGENTES	30	UND.			
27	TELHA CUMEEIRA DE CERAMICA	CUMEEIRA; DE CERÂMICA, PARA TELHA DE CERÂMICA TIPO PAULISTA; COM COMPRIMENTO DE 41 CM, ESPESSURA DE 2 CM; COM LARGURA DE 16 CM, ALTURA DE 7 CM, PESO DE 1,80 KG; NA COR PREDOMINANTE VERMELHO CERÂMICA; FORMATO ONDULADO; PARA ATENDER UMA INCLINAÇÃO DE 30 A 40 GRAUS; ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGEM PALETIZADA; FABRICADA CONFORME NORMAS NBR / ABNT VIGENTES E GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS	3000	UND			
28	RADIER 20 X 20	RADIER 20 CM X 20 CM, NO TAMANHO 3 M X 2 M	200	UND			

O prazo de validade desta proposta é de 12 (doze) meses, contados da abertura da proposta.

O prazo de pagamento será conforme o edital.

O prazo de entrega dos kits de materiais escolares será conforme o edital.

Declara-se expressamente que estão incluídos no percentual ofertado nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos; taxas; encargos sociais; encargos tributários; encargos fiscais; encargos previdenciários; deslocamentos, embalagens e frete e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

CARIMBO DA EMPRESA	<p>_____, ____ de _____ de 2023.</p> <p>_____</p> <p>ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL</p> <p>NOME: RG: CPF: CARGO:</p>
---------------------------	--

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2022

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de _____, na cidade de Narendiba, Estado de São Paulo, pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NARANDIBA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.857.027/0001-70, com sede administrativa à Avenida Ver. Laudelino Ferreira, nº 540, na cidade de Narendiba, Estado de São Paulo neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ITAMAR DOS SANTOS SILVA**, doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa _____, com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por seu (nome, função, RG e CPF do representante legal da empresa) doravante denominada simplesmente **DETENTORA DA ATA, ACORDAM** proceder, nos

termos do Edital de Pregão n° ___/2023, ao **REGISTRO DE PREÇOS**, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n° 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - Descrição dos Itens:

ITEM	MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2 - A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses** a contar de sua assinatura.

3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Nota de Empenho com que correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de PREGÃO n° ___/ ___.

4 - O prazo para entrega do respectivo item será a estabelecido Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

5 - Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade competente.

6 - Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

7 - Os veículos fornecidos serão recebidos provisoriamente; recebimento definitivo será feito após a verificação das especificações, qualidade e

quantidade, e conseqüentemente aceitação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento provisório, ou imediatamente quando for o caso. No caso de adulteração, deverão nessas circunstâncias e prazos serem substituídos, sem prejuízo do eventual cancelamento da Ata e demais sanções aplicáveis.

8 - Esta Ata de Registro de Pregos não obriga a Administração a firmar as contratações com o DETENTOR DA ATA, podendo, inclusive, firmar para um ou mais item constante do lote registrado, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

9 - O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor as sanções previstas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº ___/ ___, que desta Ata faz parte integrante.

10 - O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

11 - O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de pregos e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO nº ___/ ___.

12 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Pregos, aplicando-se lhe todos os seus dispositivos, o Edital de PREGÃO nº ___/___, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta da DETENTORA DA ATA naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13 - As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Pirapozinho - SP, desde que esgotadas as vias administrativas.

MUNICÍPIO DE NARANDIBA
Órgão Gerenciador

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Detentora da ATA

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO N° **/******

**INSTRUMENTO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO QUE ENTRE SÍ: FAZEM O MUNICÍPIO DE NARANDIBA E A
EMPRESA *****.**

Pelo presente instrumento de contrato de fornecimento, de um lado o **MUNICÍPIO DE NARANDIBA**, pessoa jurídica de direito público, com Sede à Avenida Laudelino Ferreira, n.º 540, Narandiba, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob n.º 44.857.027/0001-70, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, senhor **ITAMAR DOS SANTOS SILVA**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador do documento de identidade RG n.º 17.832.129 e do CPF 074.780.778-70, residente e domiciliado a Rua Josefa de Almeida dos Santos, n.º 466, na cidade de Narandiba/SP, doravante denominada simplesmente, **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa *********, inscrita no CNPJ n.º *********, com sede *********, n.º *********, Bairro *********, na cidade de *********, Estado

*****, CEP ***** , neste ato representado (a) pelo (a) Sr (a). (nome completo), (cargo), (nacionalidade), (estado civil), portador da Cédula de Identidade RG n.º ***** e do CPF n.º ***** , residente e domiciliado (a) na cidade de ***** , doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, nos termos do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° ****/2023**, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1). O objeto do presente contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS pelo prazo de 12 (doze) meses para futuras e eventuais AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, nos termos da proposta homologada nos autos da **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° ****/******.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA QUANTIDADE, DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1). O valor do presente CONTRATO é de **R\$ ***** (valor por extenso)**, conforme proposta apresentada no Processo Licitatório.

2.2). Os materiais a que alude a cláusula anterior serão fornecidos com os seguintes preços sendo as quantidades por estimativa, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.2). O pagamento referente ao objeto desta licitação será efetuado pela contratante através de Cheque Nominal, em nome da empresa adjudicada, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, à vista da documentação fiscal fornecida pelo licitante, devidamente atestada pela contratada.

2.3). Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da reapresentação.

2.4). O preço cotado pelo vencedor da licitação não será reajustado, somente em caso de prorrogação que será utilizado o índice de correção relativa aos contratos adotados pelo Governo Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL

3.1). O objeto licitado deverá ser entregue no setor (local) indicado pelo Município, no horário das 08:00 as 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, através de requisição emitida pela Administração.

3.2). O prazo máximo para entrega do objeto é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição emitida pela Administração.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:

4.1) Da CONTRATADA:

4.1.1) Cumprir fielmente as obrigações assumidas na Cláusula primeira deste instrumento;

4.1.2) Efetuar a entrega dos Materiais no prazo estipulado e dentro das especificações de qualidade constante no Edital e na Proposta de Preços;

4.1.3) Entregar os Materiais no local indicado pelo Município.

4.2) Da CONTRATANTE:

4.2.1). Fiscalizar os Materiais a fim de constatar a qualidade e havendo qualquer irregularidade deverá ser emitida notificação para imediata substituição.

4.2.2). Obedecer às condições de pagamentos estipulados na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1). Convencionam as partes contratantes que **este CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado a critério da Administração, desde que mantida as condições ora pactuadas.

CLÁUSULA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1). Conforme o disposto no artigo 55, inciso V, da Lei Federal 8.666/93, o CONTRATANTE declina as categorias econômicas e indica as classificações funcionais programáticas pertinentes ao crédito pelo qual ocorrerá as despesas, da forma seguinte:

02-Executivo

02.01-Gabinete do Prefeito e Dependências

041220002.2.002000 -Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências

3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis

Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo

02.02-Setor de Finanças

041230003.2.003000 -Manutenção do Setor de Finanças

3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis

Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo

02.03-Fundo Municipal de Assistência Social

082440004.2.004000-Manutenção da Assistência Social

3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis

Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo

02.04-Fundo Municipal de Saúde

1030100052.005000-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis

Fonte de Recursos: 01- TESOURO

02-Executivo

02.05-Ensino Fundamental - Próprio

1236100062.006000-Manutenção e Ampliação do Ensino

3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis

Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo

02.06-Ensino Fundamental-FUNDEB

1236100062.006000-Manutenção do Ensino Básico – FUNDEB

3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis

Fonte de Recursos: 02-TRANSFERÊNCIAS E CONV. ESTADUAIS-VINCULADOS

02-Executivo

02.07-Creche e Pré-Escola

1236500062.008000-Manutenção da Creche e Pré-Escola

3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis

Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo

02.09-Serviços Municipais

1545200072.001000-Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo
02.10-Agricultura
206060008.2.011000-Manutenção do Setor Agrícola
3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo
02.11-SERM
2678200092.012000-Manutenção e Extensão de SERM
3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo
02.12-Cultura e Esportes
278120010.2.013000-Manutenção do Setor de Cultura e Esportes
3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Fonte de Recursos: 01-TESOURO

02-Executivo
02.15-Fundo Municipal do Meio Ambiente
185410013.2.019000-Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente
3.3.90.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
Fonte de Recursos: 01-TESOURO

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

7.1). Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes ou seus sucessores, de acordo com as cláusulas aqui avençadas e as normas da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA OITAVA: DO SUPORTE LEGAL

8.1). A presente contratação está sendo formalizada com base na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1.994 e Lei nº 9.648 de 01 de junho de 1.998.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1). À parte inadimplente compete o pagamento das despesas judiciais, se houver, acrescidas dos honorários advocatícios, na base de 10% (dez por cento) do valor total da causa e multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor do presente instrumento, sem prejuízo da imposição das demais sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, a saber:

a) Advertência;

b) Multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que implicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

10.1). Considerar-se-á automaticamente rescindido o presente contrato por inadimplemento de quaisquer das cláusulas nela contidas, ou qualquer motivo mencionado no Artigo 78 da Lei das Licitações.

10.2). As partes reconhecem o direito a Administração Pública em casos de rescisão Administrativa deste, nos termos previsto pelo Artigo 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1). Se houver conveniência entre as partes e, avisado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o presente contrato poderá ser rescindido.

11.2). As alterações no presente contrato serão realizadas mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1). As partes elegem o Foro da Comarca de Pirapozinho, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da aplicação deste contrato.

12.2). O presente instrumento será regido pela Lei Federal n. ° 8.666/93 e legislação complementar e, subsidiariamente pela Legislação Civil.

12.3). E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Narandiba/SP. *** de ***** de *****.

MUNICÍPIO DE NARANDIBA

Itamar dos Santos Silva

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL

Representante

Cargo

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:*****
RG n° *****

2) _____
NOME:*****
RG n° *****